

**SESSÕES ORDINÁRIAS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA
POLÍTICA
ÁREA 8 - TRABALHO, INDÚSTRIA E SOCIEDADE**

Crítica à visão convencional de desindustrialização: uma leitura a partir da Marx

*Lucas Milanez de Lima Almeida¹
Paulo Antonio de Freitas Balanco²*

RESUMO

O presente texto aborda a temática da desindustrialização mediante dois aspectos distintos, a saber, a definição e as causas do referido fenômeno. Estruturado em duas partes, a primeira aborda a *definição*, em si, da desindustrialização apresentada pela literatura consagrada, acompanhada da crítica à mesma e, como contraponto, apresenta a definição considerada por nós a mais adequada. Por outro lado, a segunda parte trata das *causas* da desindustrialização. Da mesma forma como adotada na primeira parte, são expostas, a esse respeito, as posições consagradas pela literatura tradicional, seguidas das críticas correspondentes e, por fim, apresenta a concepção que defendemos.

Palavras-chave: desindustrialização; progresso tecnológico; capitalismo contemporâneo; divisão internacional do trabalho.

INTRODUÇÃO

O debate acerca da desindustrialização da economia brasileira ocorre já há algum tempo não apenas nos meios acadêmico, mas, também, no meio político e, inclusive, empresarial. Associando-se a diversos fatores, um leque de trabalhos mostra como as mudanças na estrutura produtiva nacional, de fato, manifestam um processo de desindustrialização³. Contudo, é raro encontrarmos textos que questionem as definições e as causas tradicionalmente atribuídas ao fenômeno. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir, a partir de uma visão marxiana, algumas das definições consagradas na literatura acerca da desindustrialização.

O texto está estruturado em duas partes. A primeira aborda a *definição*, em si, apresentada pela literatura consagrada, acompanhada da crítica à mesma e, como contraponto, apresenta a definição considerada por nós a mais adequada. Por outro lado, a segunda parte trata das *causas* da desindustrialização. Da mesma forma como adotada na primeira parte, são expostas, a esse respeito, as posições consagradas pela literatura tradicional, seguidas das críticas correspondentes e, por fim, apresenta a concepção que julgamos a mais adequada.

¹ Doutorando em Economia no PPGE/UFBA, professor do Departamento de Economia da UFPB e membro do PROGEB. Email: lucasmilanez@gmail.com

² Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFBA. Email: balanco@ufba.br

³ Os trabalhos de Vergnhanini (2011) e Morceiro (2012) trazem um *survey* sobre o tema no Brasil.

PARTE I

AS DEFINIÇÕES DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Na literatura tradicional tornou-se uma regra definir a desindustrialização em função da possibilidade de mensurar, através de algum indicador, determinadas consequências relativas ao comportamento de algumas variáveis presentes no âmbito do fenômeno. Ou seja, define-se o fenômeno a partir de alguma forma de manifestação. Dois são os principais eixos que são usados para definir a desindustrialização: 1) a queda na participação do emprego industrial no emprego total da economia; e 2) a queda da participação do valor adicionado industrial no valor adicionado total da economia⁴.

Integram a corrente que ressalta o emprego como critério para a definição da desindustrialização os autores Rowthorn e Wells (1987), Rowthorn e Ramaswamy (1997; 1999), Rowthorn e Coutts (2004) e Palma (2005). A corrente que acrescenta o valor adicionado à sua definição tem como principal expoente Tregenna (2009)⁵.

Por sua vez, na literatura nacional há uma grande diversidade de trabalhos que buscam caracterizar a desindustrialização no Brasil. Porém, como podemos observar em Morceiro (2012) e Vergnhanini (2013), a maior parte deles têm em sua base, seja em conjunto ou isoladamente, os eixos acima citados.

I - 1. O emprego e o valor adicionado relativos

A maior parte dos trabalhos que versam sobre a desindustrialização a define com base no emprego e, em menor grau, no valor adicionado relativos da indústria de transformação. A proposição de Rowthorn e Wells (1987, p. 5), que é adotada pelos principais autores que os sucederam, é a de que a desindustrialização corresponde à queda na participação do emprego industrial, em especial da indústria de transformação, no emprego total da economia. Para os autores desta linha, a queda na participação do emprego industrial é suficiente para definir-se a desindustrialização. Contudo, Tregenna (2009, p. 459) amplia este escopo ao argumentar que a

⁴ Existe uma terceira, a chamada “visão de Cambridge”, que observa a desindustrialização a partir do resultado do comércio internacional industrial. Seus principais representantes são Singh (1977; 1989), Cairncross (1978) e Blackaby (1978).

⁵ Apesar de incluir o valor adicionado em sua análise, a autora não abandona o emprego industrial, pois ambos estão profundamente associados.

queda no emprego relativo deve estar associada a uma queda sustentada no valor adicionado pela indústria em relação ao restante da economia.

De imediato, afirmamos que estas não são as definições ideais para delimitarmos o fenômeno da desindustrialização, pois, dadas as leis da acumulação, para que haja o aumento da produtividade, em decorrência da busca por superlucros nos mais diversos setores (e não só no industrial), o capitalismo apresenta uma tendência à redução relativa do uso de força de trabalho no processo de valorização do capital (MARX, 2006a; 2008). Vejamos em detalhes esse argumento.

O termo “relativa”, na visão tradicional, tende a ser aplicado na comparação com o emprego total da economia. Contudo, isto também é aplicável à comparação com a quantidade de meios de produção utilizados no processo produtivo.

Uma das características fundamentais da existência humana é o progresso incessante dos elementos objetivos e subjetivos utilizados na produção dos meios necessários à sua manutenção como espécie. Em todos os modos de produção as relações de produção estabelecidas tiveram, como forma, a função de desenvolver as forças produtivas sociais, as quais expressam o conteúdo (ROSENTAL; STRAKS, 1960). Marx (2006a, 2006b, 2008) mostrou como isto se dá numa sociedade burguesa. Ao enunciar a lei geral da acumulação capitalista e a formação do exército industrial de reserva, o autor demonstrou que é uma característica geral desta sociedade realizar a reprodução do capital em escala ampliada. Seja em termos de valor de uso ou de valor, ou seja, medido pela composição técnica ou orgânica do capital⁶, respectivamente, esta reprodução pode se dar com ou sem alteração na relação entre os meios de produção e a força de trabalho utilizados no processo produtivo. Por sua vez, Marx (2006b, pp. 725-31) argumenta que a elevação da composição do capital é uma condição de sobrevivência do capitalista individual, pois ela reflete-se no ganho de produtividade⁷ e, conseqüentemente, de lucros extraordinários. Esta é uma lei férrea do modo de produção que domina a maior parte das economias atualmente, e traz em seu bojo o fato de que, *“Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”* (MARX, 2006a, p. 725).

Na prática, a alteração na composição do capital pode ser resultado do progresso tecnológico ou da melhora na gestão do processo de valorização do capital. O primeiro tende a ocasionar uma profunda alteração na relação entre meios de produção e força de trabalho, pois resulta de uma

⁶ Como a composição orgânica varia, fundamentalmente, de acordo com as variações da composição técnica do capital, iremos utilizar apenas o termo composição do capital para mencionarmos a relação entre o uso de meios de produção e o emprego de força de trabalho num processo produtivo qualquer.

⁷ “Mas, condição ou consequência, a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho” (MARX, 2006a, pp. 725-6).

mudança técnica que reflete o uso de um tipo de capital produtivo diferente do anterior. Já as mudanças na gestão capitalista trazem pequenas alterações na composição do capital, pois trata-se de melhorar marginalmente a eficiência no uso de um mesmo tipo de capital produtivo.

Nutridos pela concorrência capitalista, o avanço tecnológico e a melhoria da eficiência na gestão dos negócios, se traduzem em maior subsunção do trabalho ao capital, aumento da produtividade do trabalho e, principalmente para os objetivos do estudo, redução relativa da quantidade de mão de obra empregada em qualquer *processo*, seja este de produção ou circulação do valor-capital. O objetivo disto, para cada capitalista individual, além do excedente que lhe cabe por meio da taxa de lucro médio, é se apropriar do superlucro, o que só é possível com a elevação da produtividade e redução dos custos individuais (ALMEIDA, 2010; ALMEIDA; RIBEIRO, 2015). Segundo Marx (2006a), “*A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias [dado o mecanismo de redistribuição do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário]. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho*” (p. 729, colchete nosso).

Por sua vez, a composição do capital pode se elevar de duas formas: com manutenção do emprego de mão de obra ou com sua redução⁸. Na situação em que o trabalhador é substituído por meios de produção, além da queda relativa, ocorre também uma redução absoluta no emprego de força de trabalho em determinado setor. De qualquer forma, mesmo que o progresso tecnológico ou a mudança na gestão capitalista não reduza em termos absolutos o emprego de força de trabalho, o simples aumento do emprego em outros setores gerará, para além do aumento da composição do capital, uma redução na participação deste setor no emprego total. Assim, onde a produtividade cresce mais rapidamente, ocorre uma dupla redução no emprego relativo: 1) com relação aos meios de produção utilizados no próprio setor, que realiza a reprodução em escala ampliada com aumento da composição do capital; e 2) em comparação com o emprego dos setores menos dinâmicos, os quais ampliam a escala de produção com manutenção da composição do capital e, portanto, contratam trabalhadores na mesma proporção de antes (enquanto os setores mais dinâmicos contratam numa proporção inferior).

Mas essas mudanças, por si só, não necessariamente interferem de maneira negativa na grande indústria. Pelo contrário, almeja-se a mudança na composição do capital para que sua capacidade produtiva cresça potencialmente com vistas à criação de mais mercadorias em menos tempo. Concomitantemente, há uma tendência de ampliação da demanda intermediária do setor, que, além do uso de novos meios de trabalho (que demandam vultuosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento), passará a utilizar mais objetos de trabalho. Assim, a necessidade de fomento e

⁸ Tanto o progresso tecnológico quanto a mudança na gestão capitalista podem trazer estes resultados.

o arrastamento do processo geral de reprodução do capital serão expandidos. Diante disto, destacamos que a perda relativa do emprego industrial (seja em relação ao uso de meios de produção ou em relação ao restante da economia) pode estar associada a uma elevação na capacidade de um setor em produzir e demandar mais meios materiais necessários ao processo de acumulação capitalista. Isto significa que, ao contrário do que tradicionalmente se conclui, uma redução relativa do emprego industrial pode ser um reflexo do fortalecimento do processo de industrialização, ao invés de expressar a própria desindustrialização.

Neste ponto, podemos afirmar que a concepção “clássica” de desindustrialização como redução relativa no emprego industrial é simplista e já havia sido prevista, como *tendência*, por Marx em meados do século XIX como um resultado da lei geral da acumulação capitalista e como efeito do progresso das forças produtivas.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho coletivo pressupõe a cooperação em grande escala; que apenas sob esse pressuposto se pode organizar a divisão e a combinação do trabalho, economizar os meios de produção através de sua concentração em massa, forjar instrumental de trabalho, como o sistema de maquinaria que só se patenteia materialmente para a utilização em comum, colocar a serviço da produção imensas forças naturais e transformar o processo de produção numa aplicação tecnológica da ciência. [...] Mas todos os métodos para elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são ao mesmo tempo métodos para elevar a produção de mais-valia ou do produto excedente, que por sua vez é o fator constitutivo da acumulação. São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar sua acumulação. A conversão contínua da mais-valia em capital [...] se torna base da produção em escala ampliada, dos métodos que a acompanham para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais-valia. Se certo grau de acumulação do capital se revela condição do modo de produção especificamente capitalista, este, reagindo, causa acumulação acelerada do capital [...] Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante (MARX, 2006a, pp. 727-8).

Portanto, a simples redução do emprego industrial em relação ao emprego em outros setores que tenham menor capacidade de ampliar a composição do capital (produtividade), não deve ser confundido com um processo de desindustrialização. Por sua vez, a redução no emprego em um setor qualquer irá interferir no valor adicionado (apropriado) por ele. Isto pode, também, trazer uma falsa impressão de desindustrialização.

Analisando em um grau de abstração elevado, ao nível dos valores, podemos afirmar que, mantendo-se o grau de exploração do trabalhador, o valor adicionado⁹ só cai quando ocorre uma queda absoluta no emprego de força de trabalho pelo capital industrial, pois é apenas sob a forma produtiva do capital que há a produção de (mais) valor. Quando a composição se eleva apenas por

⁹ Aqui o valor adicionado corresponde àquele produzido por cada setor durante o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente.

intermédio do aumento do capital constante investido, mantendo-se o capital variável e a taxa de mais-valia constantes, o valor adicionado não se alterará.

Contudo, ao nível dos preços de produção, que correspondem à manifestação do valor na sociedade capitalista, o valor adicionado¹⁰ pode apresentar um comportamento diferente.

Pela ótica da composição orgânica do capital, podemos afirmar que a elevação do investimento em meios de produção, sem alteração no investimento em mão de obra, não reduz, pelo contrário, aumenta o valor adicionado (caso a taxa geral de lucro não seja reduzida). Por seu turno, quando ocorrer, além de ampliar o investimento em capital constante, a redução do investimento em força de trabalho (a reprodução com redução, em termos absolutos, no valor gasto com mão de obra), isto sim, *pode* resultar na redução do valor adicionado em um determinado setor. O mesmo é válido para a análise sob o ponto de vista da composição técnica do capital: quando há um aumento no uso de meios de produção com manutenção do número de trabalhadores empregados, há o aumento no valor adicionado; quando há um aumento da composição técnica com redução do emprego de mão de obra, *pode* haver uma redução no valor adicionado pelo setor. Destarte, chegamos a uma conclusão análoga à da redução relativa no emprego industrial: a redução no valor adicionado que derivar de uma elevação na composição do capital não deve ser confundido com o seu contrário, a desindustrialização, pois isto resulta de uma intensificação do processo de industrialização. Assim, a única redução relativa no emprego e no valor adicionado industriais que corresponderá a uma desindustrialização será aquela associada ao fechamento das atividades manufatureiras.

O ponto a ser levantado sobre as visões apresentadas nesta seção é o fato de que fica clara a associação da definição de desindustrialização a determinado indicador do setor industrial, ou seja, elas confundem a aparência do fenômeno, os efeitos resultantes da sua manifestação, com a sua definição. A crítica que fazemos aqui não é, apenas, ao uso das variáveis emprego ou valor adicionado para identificar-se a desindustrialização. Nossa crítica contempla o seguinte teor: a definição de um conceito que descreve determinado fenômeno concreto não deve estar apoiada nesta ou naquela forma de mensuração, pois a quantificação dos seus efeitos representa apenas um dos meios utilizados para a comprovação de sua existência. A maior parte das teses já consagradas na literatura apresenta uma concepção limitada, pois, ao se aterem apenas aos indicadores, não ultrapassam a aparência e suas formas imediatas. O conceito teórico que define a desindustrialização deve ser formulado mediante o emprego do método abstrato-concreto, de

¹⁰ Aqui o valor adicionado corresponde à forma custo de produção referente aos salários mais a forma lucro médio da mais-valia.

maneira que, principalmente, tenha um caráter geral, pois, ao ser concebido a partir do mundo concreto, ele deve englobar os aspectos essenciais do fenômeno, não apenas seus efeitos.

I - 2. Uma visão marxista da desindustrialização: Fiona Tregenna

Tregenna (2014) também trata a questão da desindustrialização mediante a participação setorial da indústria de transformação no total da economia. Contudo, a autora inicia sua argumentação desconstruindo o procedimento pautado nos conceitos de setores da contabilidade nacional e reconstruindo-os sob uma perspectiva marxiana.

Basicamente, a autora divide os tipos de atividades de acordo com a produção ou não de mais-valia. As atividades produtoras de mais-valia são aquelas nas quais o capital assume a forma produtiva, sendo esta representada pelas seguintes expressões:

$$D - M_{Ft}^{Mp} \dots P \dots M' - D'$$

para o capital industrial em geral, e

$$D - M_{Ft}^{Mp} \dots P(M') - D'$$

para o capital que assume a forma de *serviço industrial*.

Onde D é a forma dinheiro do capital, M_{Ft}^{Mp} é a forma de transição que representa a compra de meios de produção (Mp) e força de trabalho (Ft), P é a forma produtiva e M' a forma mercadoria (acrescida de mais-valia). $P(M')$, por sua vez, representa a venda do próprio processo produtivo como mercadoria.

As atividades capitalistas que não produzem mais-valia são aquelas que estão ligadas apenas à esfera da circulação. Portanto, elas não produzem, mas se apropriam do excedente. As atividades não capitalistas são aquelas que não produzem nem se apropriam de mais-valia.

A autora apresenta duas maneiras pelas quais se manifesta a desindustrialização, que são não excludentes e podem ter causas e consequências distintas: Forma I) mediante a queda (ou estagnação) na atividade industrial manufatureira e o acréscimo das atividades não produtoras de mais-valia. Corresponde a uma mudança das atividades manufatureiras em direção a atividades ligadas apenas à circulação de capitais e àquelas que não se enquadram no padrão capitalista. Forma II) pela queda (ou estagnação) na indústria manufatureira e o crescimento de outras atividades produtoras de mais-valia, que equivale a uma mudança das atividades manufatureiras em direção à produção primária e de serviços industriais.

Apesar deste avanço, de trazer o debate da desindustrialização para o campo marxiano, esta concepção não explicita aquela que consideramos a real questão por trás do fenômeno: como isto se relaciona com as leis gerais de funcionamento de uma economia capitalista? Ao trazer as mudanças de papel de cada setor na dinamização geral da atividade econômica, concordamos com Tregenna (2014) que a perda de espaço da manufatura corresponde a uma desindustrialização. Contudo, este é apenas a ponta do iceberg, a aparência do fenômeno. A sua essência foi o que Almeida *et al.* (2017) buscaram apresentar.

I - 3. Uma outra visão marxista da desindustrialização: Almeida *et al.* (2017)

O primeiro ponto a ser levantado é que, para se deparar com a desindustrialização, uma economia precisa ter passado por um processo anterior de industrialização. Isto significa que a grande indústria, a produção de máquinas por meio de máquinas, deve ter se instalado numa economia nacional em algum momento histórico. A partir deste ponto, então, a desindustrialização pode surgir como fenômeno quando a produção maquinofatureira perde espaço na dinamização da atividade econômica geral em um país.

Tal como os demais modos de produção, o capitalismo deve ser capaz de produzir e reproduzir as forças produtivas e as relações de produção necessárias à sua existência. No que concerne ao objeto de estudo aqui analisado, a desindustrialização está intimamente relacionada com a perda da capacidade de realizar a reprodução social sob a lei econômica fundamental que rege dada sociedade. Assim, a desindustrialização, vista como o enfraquecimento do papel da grande indústria na dinamização da economia, manifesta o fato de que a maquinofatura não dispõe mais de condições adequadas para garantir a reprodução social. Ou seja, a produção dos elementos necessários à manutenção social não está ocorrendo a contento e isto pode ser verificado sob dois aspectos: o material (ou técnico) e o social.

Sob o aspecto material, a desindustrialização significa uma incapacidade da grande indústria de fornecer a maior parte dos valores de uso que devem ser usados na reprodução da sociedade como tal. Isto, portanto, se traduz em uma deficiência na produção e distribuição interna de meios de consumo, que garantem a existência física e intelectual das pessoas, e, principalmente, meios de produção, os quais, diretamente, são parte das forças produtivas. Para Almeida *et al.* (2017), esta é a essência da desindustrialização: *“a perda de capacidade de produzir e reproduzir, sob a forma maquinofatureira, pelo menos uma parte dos produtos necessários à sua manutenção, uma vez que já o fizera de maneira mais ampla até um momento anterior”* (p. 4). Assim, a essência da desindustrialização de uma economia deve ser definida como o processo de redução relativa do

papel das forças produtivas maquinofatureiras internas na produção e reprodução dos valores de uso necessários a sua manutenção.

Sob o aspecto social, a desindustrialização corresponde à dificuldade para realizar a própria reprodução material sob as leis que regem o capitalismo, em especial a lei geral da acumulação capitalista¹¹.

A força de trabalho, submetida ao capital industrial¹², é a única fonte de mais-valia e esta é, por sua vez, o alimento que nutre o capitalismo como um todo. Como o objetivo de cada capitalista, como personificador do capital, não é apenas aumentar o valor que detém, mas a sua sobrevivência como tal perante a concorrência com os demais produtores, a mais-valia obtida em cada momento deve servir para retroalimentar de maneira contínua a apropriação deste excedente. Isto significa que o próprio trabalho não pago deve servir de base, através da reprodução em escala cada vez mais elevada, para o fortalecimento dos capitais individuais.

[...] o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva (MARX, 2006a, p. 690).

Consequentemente, como a acumulação se dá pela capitalização da mais-valia, seu nível será regulado pelo montante de excedente obtido (MARX, 2006a, p. 697). São três as vias de elevação deste montante: a) Mais-valia absoluta: ocorre quando se eleva o montante de mais-valia apropriada por meio da elevação absoluta do valor total produzido numa jornada, seja pela intensificação ou prorrogação desta; b) Mais-valia relativa: ocorre quando, mantendo-se o valor total produzido numa jornada de trabalho, o tempo de trabalho excedente se eleva em relação ao tempo de trabalho necessário por meio do barateamento dos meios de subsistência do trabalhador; c) Mais-valia extraordinária: ocorre quando um capitalista individual apresenta uma produtividade tal que o preço de mercado de sua mercadoria se torna inferior à média praticada no correspondente mercado, permitindo-lhe se apropriar de um excedente além daquele que lhe cabe como lucro médio.

De uma maneira geral, as três formas são utilizadas para a ampliação do mais-valor apropriado¹³. Contudo, duas delas se apresentam como as mais importantes: b) a generalização do

¹¹ Para o presente fim, trataremos apenas dos aspectos relacionados à reprodução do capital, sem falarmos da concentração, centralização ou formação do exército industrial de reserva.

¹² O capital industrial é aquele que assume a forma produtiva, seja esta maquinizada ou não.

¹³ Além destas, existe a mais-valia obtida via superexploração da força de trabalho, tal como conceituado por Ruy Mauro Marini. Marx (2006a) já nos dava indicação da existência desta forma de ampliar a mais-valia nas seguintes palavras: “*Já vimos que a taxa de mais-valia depende, em primeiro lugar, do grau de exploração da força de trabalho. [...] Ao tratar da produção da mais-valia, temos que pressupor sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao*

progresso tecnológico e a consequente obtenção de mais-valia relativa, que beneficia coletivamente toda a burguesia, e c) a busca da mais-valia extraordinária, que fortalece o capital individual na concorrência com os demais.

Diante do exposto, afirmamos que a acumulação em busca do avanço tecnológico é o motor do desenvolvimento capitalista e a mais-valia o seu combustível. Juntas, ambas garantem, tanto a evolução em espiral das forças produtivas sociais no capitalismo quanto a consequente possibilidade de surgimento da industrialização em um dos estágios de seu desenvolvimento. Este é o fundamento geral do progresso técnico nesta sociabilidade e figura como seu carro chefe. Este é também o elemento que impele os capitalistas a realizarem, como regra, a reprodução ampliada como alteração na composição do capital. Assim, no processo de acumulação, a reprodução do capital em escala superior tende a se dar sempre com a introdução de novos meios de expropriação e apropriação de excedente, o que é feito, principalmente, pelo uso de técnicas e tecnologias de produção cada vez mais modernas.

A concreção destes elementos garantidores do processo de acumulação capitalista ocorre através da incessante produção dos meios de produção de maior intensidade tecnológica. Portanto, são produtos da grande indústria. Quando uma economia nacional dispõe de uma estrutura capaz de produzir em seu território (seja por empresas locais ou multinacionais) os meios de produção necessários à reprodução ampliada do capitalismo nacional (seja este sob condição imperialista ou dependente), esta, por definição, é uma economia industrializada do ponto de vista do capitalismo. Portanto, nas economias capitalistas industrializadas, as características acima apresentadas se assentam sobre a produção maquinofatureira interna, sendo esta o principal dinamizador da atividade econômica geral.

A desindustrialização, portanto, sob o aspecto social, por representar uma redução do papel do capital industrial (sob a forma maquinofatureira) na dinamização da acumulação, representa uma perda de capacidade de produzir diretamente a mais-valia, de produzir meios de produção mais avançados e, conseqüentemente, de se apropriar de mais-valia extra. Desta forma, a desindustrialização, por si só, corresponde a uma perda de pujança de poder econômico de uma nação capitalista, na medida em que se enfraquece a fonte dos elementos que garante seu sucesso. A

da força de trabalho. A redução compulsória do salário abaixo desse valor, entretanto, desempenha, na prática, um papel demasiadamente importante para não nos determos por um momento em sua análise. Dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital [...] Seu custo nulo é, portanto, um limite no sentido matemático, sempre intangível, embora seja possível uma aproximação dele cada vez maior. É tendência constante do capital levar o custo do trabalho a aproximar-se dessa posição nihilista” (pp. 697-8). Após citar alguns exemplos que comprovam a tentativa e o sucesso do que depois foi chamado de superexploração da força de trabalho, Marx (2006a, pp. 701-2) afirma: “O papel que desempenha atualmente o roubo direto ao fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador, com o fim de formar mais-valia e, portanto, o fundo de acumulação do capital, está evidenciado, por exemplo, no chamado trabalho a domicilio”.

partir desta concepção, Almeida *et al.* (2017) apontam o conteúdo da desindustrialização “*como o desadensamento da estrutura produtiva maquinofatureira, [...], a ponto de interferir na reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, na autodeterminação da (lei geral da) acumulação.*” (p. 7). Assim, o conteúdo da desindustrialização capitalista deve ser entendido como o processo de perda da capacidade da maquinofatura de fornecer os elementos materiais necessários à autodeterminação (dentro da lógica) do processo de reprodução social de acordo com as leis derivadas do modo de produção capitalista.

O problema de definir-se um fenômeno a partir dos seus indicadores, tal como faz a literatura tradicional da desindustrialização, é que o efeito tende a ser confundido com o próprio fenômeno, sendo este definido por aquele. Na medicina, por exemplo, uma patologia não é, simplesmente, determinada por um dos sintomas que venham a se manifestar nos pacientes. A febre, por exemplo, não é uma doença e, portanto, não a define, pois é apenas um dos sintomas manifestados por uma infinidade de problemas de saúde. Assim, por si só, não é possível estabelecer qual patologia está afetando uma pessoa. Para encontrar sua verdadeira causa, é necessário algum exame que busque a essência da mudança causadora daquele comportamento atípico na temperatura corporal.

De maneira análoga, o mesmo não deve ocorrer no caso do diagnóstico da desindustrialização. Se, por um lado, a redução relativa no emprego e/ou no valor adicionado e/ou a deterioração na balança comercial industriais, de fato, indicam uma alteração na estrutura produtiva, por outro, isto não necessariamente significa que houve uma perda de importância da indústria na dinamização geral da economia. Limitando-se a isto, a análise é levada a caminhos que tendem a esconder sua verdadeira causa. Por exemplo, um mesmo efeito, especificamente a redução do emprego e do valor adicionado relativos, têm causas distintas: podem resultar do desenvolvimento e intensificação do processo de industrialização ou do seu contrário, da desindustrialização. Conseqüentemente, como não é possível identificar a essência apenas pela análise da aparência, como forma de aparar suas arestas, a literatura tradicional põe cada manifestação particular da desindustrialização em função de uma ou mais causas. Daí surgiram os diferentes “tipos” de desindustrialização.

PARTE II

AS CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

II - 1. Os “tipos” de desindustrialização e suas causas aparentes

Acabamos de mostrar que, por si só, a literatura consagrada considera qualquer redução relativa no emprego da indústria como sintoma de desindustrialização¹⁴. Contudo, vimos que este mesmo efeito pode derivar de causas completamente opostas, ou seja, pode-se estar associando determinado resultado a fenômenos diferentes. Desta feita, para diferenciar cada “tipo” de desindustrialização, a literatura consagrada necessita adjetivá-la de acordo com a sua causa aparente e algum efeito “patológico” resultante da perda de importância da atividade industrial na geração de emprego (e valor adicionado)¹⁵.

Rowthorn e Wells (1987, pp. 5-6) afirmam que existem dois “tipos” de desindustrialização: 1) a desindustrialização positiva, que resulta do desenvolvimento “normal” das economias avançadas e está associada ao sucesso econômico; e 2) a desindustrialização negativa, que resulta de uma “falha” econômica (do setor industrial) que está associada a uma estagnação da renda e se manifesta, essencialmente, em países atrasados. Contudo, nos parece que os complementos associados ao termo desindustrialização e suas respectivas causas definem dois fenômenos opostos, mas que apresentam o mesmo efeito. Vejamos.

II - 2. A desindustrialização positiva ou natural

Rowthorn e Ramaswamy (1997, p. 23) nos dão uma explicação mais detalhada para a causa da desindustrialização positiva. As três premissas básicas de seu argumento são: *i*) a demanda por alimentos é inelástica em relação à renda (Lei de Engel); *ii*) a demanda real por serviços cresce, a grosso modo, junto com a renda nacional real; e *iii*) a produtividade do trabalho cresce mais lentamente nos serviços do que na indústria e na agricultura. A partir daí, os autores argumentam que as economias passariam, normalmente, de uma situação onde o setor de serviços, dada a baixa produtividade, absorveria maior parcela dos empregos e, pela doença de custos, apresentaria uma maior fração do produto nominal total. Como resultado, ocorreria a redução no emprego e no valor adicionado nominal industriais.

¹⁴ No caso de Tregenna (2009), esta redução deve estar associada a uma queda na participação do valor adicionado industrial.

¹⁵ Morceiro (2012, pp. 35-43) cataloga 11 causas para a desindustrialização. Andrade (2013, p. 26) agrega em cinco os principais “tipos” de desindustrialização.

Podemos observar que, por meio de uma concepção típica da escola neoclássica, a definição de desindustrialização positiva associa as mudanças nas estruturas de consumo e de produção (progresso das forças produtivas, no linguajar marxista) à redução relativa do emprego industrial (e, por extensão, do valor adicionado). A partir dos argumentos apresentados na seção anterior, não consideramos estas mudanças como constituintes do fenômeno da desindustrialização, pois resulta do seu contrário, da intensificação do desenvolvimento da grande indústria. Desta feita, admitindo-se que um conceito científico deva ser definido para além de seus efeitos, o que estes autores descrevem como desindustrialização positiva é, na essência, o resultado da ação da lei geral da acumulação capitalista em setores diferentes.

Por seu turno, os três fatores citados dão base à tese do gráfico em formato de U-invertido, que relaciona a renda per capita com a participação do emprego industrial no emprego total de um país (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997, 1999; SAEGER, 1997; PALMA, 2005; TREGENNA, 2015; RODRIK, 2016). Segundo esta, tal como uma parábola, inicialmente ambas as variáveis crescem no mesmo sentido. Em seguida, a partir de determinado nível de renda per capita, o emprego industrial relativo tende a cair e a economia passa a enfrentar um processo normal de desindustrialização.

Rowthorn e Coutts (2004, p. 6) estimaram, para os países da OCDE, um ponto de inflexão de US\$ 9.500 (dólares de 1995 e em paridade de poder de compra), o qual teria sido atingido na década de 1970. Contudo, Palma (2005, pp. 79-81) mostrou como este ponto crítico se alterou ao longo das décadas, manifestando-se para um nível de renda cada vez menor nos mais diversos países. Com isto, o autor mostrou a heterogeneidade dos processos de desindustrialização, apresentando análises de U-invertido para diversas economias, não só as avançadas, mas também para as mais atrasadas em termos de desenvolvimento capitalista. Com isto, revelou-se como os países “exportadores de manufaturados” (avançados) apresentaram, em geral, níveis críticos de renda per capita superiores aos “exportadores de commodities” (atrasados). A partir de então, passou-se a estudar o porquê de países com baixa renda per capita manifestarem uma redução estrutural no emprego relativo da indústria.

A nomenclatura original de desindustrialização positiva e negativa já carrega, por si só, uma mistificação do fenômeno, pois colocam lado a lado efeitos oriundos de causas distintas. Contudo, ao longo do tempo, os termos foram substituídos pelas nomenclaturas natural e precoce, que trazem o típico teor da visão Rostowiana do desenvolvimento econômico em etapas. Desta feita, para além dos adjetivos originais, passou-se a associar os “tipos” de desindustrialização apenas com o nível de renda per capita do país em questão. Se uma economia atingiu “o” ponto crítico e enfrentou uma desindustrialização, esta assume a forma de *desindustrialização natural*. Para este “tipo”, não há a

necessidade de se aprofundar o estudo de suas causas, pois o fenômeno seria explicado pelas três premissas anteriormente elencadas. Por outro lado, se uma economia manifestou a desindustrialização antes de atingir “o” nível crítico de renda per capita, esta se caracteriza como uma *desindustrialização precoce*. Para este “tipo”, como o fenômeno antecipou-se a seu desenvolvimento natural, ou seja, manifestou-se numa fase anterior à esperada, é preciso buscar quais as causas que levaram a sua manifestação prematura¹⁶.

Para nós, o problema em si das teses etapistas não é a comparação de um estado das coisas com outro já observado e conhecido (como nos conceitos de barbárie e civilização), mas a afirmação de que um precede a outro e que, ainda, conforma-se uma trajetória que conduzirá de um estado a outro. Além disso, esta tese falha ao adotar a crença de que, tendo em vista uma concepção positivista de progresso, as fases avançadas poderiam (e deveriam) ser atingidas pelos países que ocupam uma posição atrasada. Neste contexto, e diante do desenvolvimento teórico alcançado pelas teorias Cepalina e da Dependência, não se pode admitir que a desindustrialização seja uma mera característica de uma das fases do desenvolvimento natural de uma economia.

Além disso, e independentemente da nomenclatura, por não se utilizarem de arcabouço teórico adequado, que admitia a existência da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, alguns autores da vertente tradicional limitam-se ao uso da renda per capita para determinar o “tipo” de desindustrialização. Os efeitos positivos ou negativos da desindustrialização estão intimamente associados à maneira como se insere uma economia nacional no mercado mundial: não coincidentemente, os efeitos positivos manifestam-se nos países de alta renda per capita, os quais encontram-se no centro do desenvolvimento capitalista e reúnem condições que compensam as perdas oriundas da desindustrialização; já os efeitos negativos manifestam-se majoritariamente nos países de baixa renda, os quais compõem a periferia do sistema e não têm condições de contrabalancear suas perdas. Concordamos que a renda per capita é um dos indicadores que diferencia tais economias, mas a própria diferença no nível de renda é apenas uma das características que manifestam a existência de uma hierarquia no capitalismo mundial. Limitar-se a ele é ater-se à superficialidade e negligenciar todo o desenvolvimento das teses do imperialismo e da teoria da dependência nas últimas décadas.

II - 3. A desindustrialização negativa

¹⁶ Alguns autores diferenciam a desindustrialização precoce da desindustrialização negativa. Contudo, na prática, sempre que há uma desindustrialização precoce esta é negativa. Por sua vez, com exceção do caso clássico da *Dutch Disease*, não se tem registro de desindustrialização negativa que não tenha sido em economias com baixa renda per capita.

Retornando à desindustrialização negativa, aquela que está associada a um efeito patológico de deterioração da atividade econômica, Palma (2005) argumenta que tal “tipo” estaria diretamente associado à chamada *Doença Holandesa*. Somando-se à concepção já consagrada na literatura (a maldição dos recursos naturais), o autor associa a este conceito outro conteúdo, que aprimora o entendimento do papel do comércio exterior no processo de desindustrialização.

Segundo Palma (2005, p. 85; p. 92), a doença holandesa (e a consequente desindustrialização precoce), para além da descoberta de recursos naturais, também tem como causa a especialização em serviços e produção de commodities, os quais tornam-se os principais produtos para exportação, e a repentina mudança na orientação das políticas econômicas (de protecionistas para neoliberais), que inunda o país de capitais externos com os quais os capitais internos não são capazes de concorrer. Os dois primeiros tipos de doença holandesa estão diretamente relacionados com a ideia de “dotação de fatores de produção” e ao comércio internacional, sendo o terceiro relativo a uma mudança na orientação da política econômica.

Rowthorn e Wells (1987, p. 6) já haviam mencionado a mudança na estrutura de comércio internacional como uma das causas da desindustrialização, tendo em vista que os países outrora industrializados passaram a produzir externamente partes das mercadorias que consome e, posteriormente, as importam. Por outro lado, passariam a exportar outros tipos de produtos e serviços, os quais absorveriam a mão de obra industrial dispensada com a transferência de partes da produção ao exterior.

Wood (1994) e Saeger (1997) são dois dos autores mais citados que aprofundaram os estudos sobre esta causa da desindustrialização. A partir de um arcabouço neoclássico, ou seja, limitando-se ao nível da aparência, os autores utilizam-se de instrumentos estatísticos para mostrar que o comércio internacional deve ser apontado como uma importante causa da desindustrialização. A argumentação teórica é que, dadas as diferenças entre os países no tocante à dotação de fatores de produção, haveria uma tendência à redução na produção e no emprego relativos da indústria nos países que apresentam maiores custos (ou onde se descobrissem reservas naturais abundantes) em comparação com o crescimento dessas atividades nos países com maior vantagem comercial (no caso da descoberta de reservas naturais, sua exploração se tornaria mais vantajosa em relação à industrial).

A terceira origem da doença holandesa apontada por Palma (2005, p. 90) está nas alterações na orientação da política econômica. O entendimento do autor é de que, a partir dos anos de 1980, ocorreram mudanças nos regimes de intervenção estatal nas mais diversas nações, as quais passaram da orientação keynesiana (desenvolvimentista) para as de cunho neoliberal. Com a adoção de tais medidas, as economias que outrora haviam apresentado certo grau de industrialização

retornaram à sua tradicional posição de fornecedores mundiais de matérias-primas. Por outro lado, a incapacidade de concorrer com os produtos importados levou ao fechamento de atividades menos eficientes dentro dos países que aderiram a este receituário, o que levou ao encerramento de algumas atividades industriais, reduzindo, assim, o emprego relativo da indústria.

Por fim, Palma (2005, p. 74) acrescenta a chamada ilusão estatística como outro elemento causador da desindustrialização. Isto significa que, por exemplo, o processo de terceirização das atividades outrora executadas pela indústria se transforma em serviços por um mero formalismo contábil. A atividade segue sendo exatamente a mesma, mas deixa de ser classificada como industrial por ser executada por subcontratados. De fato, este é um grave problema, tendo em vista que a reestruturação produtiva e a terceirização das atividades meios, por si só, reduzem drasticamente o número de funcionários de estabelecimentos industriais. Isto piora ainda mais nos locais onde se permite a terceirização das atividades fins.

Por sua vez, Tregenna (2014) entende que a desindustrialização sob a Forma I se daria por: financeirização da economia, expansão do comércio em geral, maior oferta de bens e serviços por parte do Estado e aumento da produção agrícola de subsistência. Contudo, ela argumenta que é pouco provável que as economias que atingiram certo patamar de desenvolvimento capitalista regridam a um estágio onde predominam atividades não capitalistas (TREGENNA, 2014, pp. 1383-4). Assim, a Forma I da desindustrialização manifesta-se, majoritariamente, pela transição aos serviços capitalistas da circulação. Outro fator que é levantado está ligado ao fracionamento e à mundialização do circuito do capital industrial, onde os países avançados tendem a executar os processos de circulação (financeira e comercial) e os países emergentes passam a executar partes do processo de produção, causando nos primeiros o aparecimento da desindustrialização. Como resultado, deixa-se de ter os “benefícios” ligados à atividade manufatureira, em especial a produção de mais-valia. Contudo, segundo a autora (p. 1385), isto não é problema para as economias “exportadoras” (que transferem para o exterior) do processo de produção, pois elas conseguem compensar a perda de excedente produzido internamente ao “importá-lo” de outros países.

Ao tratar da Forma II da desindustrialização, Tregenna (2014, p. 1386-7) afirma que se deve considerar a diferença entre a desindustrialização na direção do aumento da produção primária daquela que corresponde ao aumento nos serviços industriais. Associada à elevação da produção primária (agropecuária e/ou extrativa) está a Doença Holandesa no sentido dado por Palma (2005), ou seja, além da descoberta de recursos naturais, inclui a mudança na orientação da política econômica. Segundo a autora, isto tende a trazer um efeito negativo, devido ao fato de que tais atividades, em geral, não apresentam o mesmo poder da manufatura de dinamizar a economia. Por sua vez, a elevação dos serviços industriais pode apresentar dois resultados opostos. A elevação da

participação de serviços tradicionais, tais como restaurantes, salões de beleza, prestadoras de serviços de limpeza, etc., tendem a ocasionar um efeito negativo. Isto se deve ao fato de que estas atividades não seriam capazes de compensar os benefícios associados ao desenvolvimento de longo prazo da atividade manufatureira. No que lhe diz respeito, a troca de produção de baixo dinamismo por serviços industriais de alta tecnologia, como a tecnologia da informação, poderia trazer um resultado positivo para o processo geral de acumulação.

A partir do que foi apresentado, por conta das relações causais citadas, que associam a queda no emprego/valor adicionado industriais relativos com mudanças que tendem a levar à redução da capacidade produtiva industrial de um país, afirmamos que a desindustrialização negativa corresponde, de fato, a uma desindustrialização nos termos por nós definidos. Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas.

A primeira diz respeito ao termo negativa, que deve ser abandonado na nossa conceituação. Apesar da desindustrialização em si, como vimos, se apresentar como um fator negativo para o processo de acumulação capitalista em escala nacional, um país pode, ou não, compensar suas perdas, a depender da posição que ocupa na hierarquia do sistema. Segundo Almeida *et al.* (2017), as economias imperialistas tendem a apresentar uma desindustrialização sob a forma compensada, enquanto as economias dependentes apresentariam uma forma não compensada¹⁷. Assim, ao invés dos termos positiva e negativa, os autores defendem esta nova terminologia.

No que lhe concerne, os elementos que a literatura tradicional aponta como as causas da desindustrialização negativa, em especial o novo conteúdo da doença holandesa e a ilusão estatística, são, na verdade, suas formas de manifestação. Tal como não se pode dizer que a queda nas vendas, a elevação na capacidade ociosa, o desemprego, a redução nos preços das mercadorias, etc. são as causas das crises cíclicas, pois estas, na verdade, são formas de manifestação da superprodução de capitais, não podemos dizer que a reprimarização da economia, as mudanças na pauta exportadora, o desequilíbrio na balança comercial da indústria, a “ilusão estatística” fruto da reestruturação produtiva e da terceirização, a financeirização, etc. são as causas da desindustrialização. Isto se deve ao fato de que, numa economia mercantil, o mercado é o lugar onde o trabalho individual é conhecido e, talvez, reconhecido socialmente. Consequentemente, para manifestarem-se socialmente, as mudanças econômicas devem ter ocorrido antes para os capitais individuais. Assim, antes que tudo isto se manifeste e caracterize uma desindustrialização, é necessário que a estrutura produtiva do país já tenha sofrido algumas alterações, pois o mercado, a

¹⁷ Almeida *et al.* (2017) trazem uma discussão acerca do papel ocupado pelas economias nacionais no capitalismo mundial e as possíveis consequências para a desindustrialização.

esfera da circulação de capitais, apenas torna visível os fenômenos originados no processo de produção.

O fato de que a esfera da circulação de capitais é a dimensão onde ocorre o aparecimento do resultado do processo de produção decorre da forma mercadoria assumida pelo produto do trabalho humano. Ao ser produzida, a mercadoria não pode ser consumida por seu produtor, sendo necessária sua venda. É neste momento que ele leva a julgamento o produto do seu trabalho individual, fruto do seu processo de produção particular. Caso este tenha sido realizado de acordo com as condições sociais vigentes, ele será reconhecido como útil. Caso contrário, o trabalhador terá desperdiçado seu esforço físico. Numa sociedade capitalista, dadas suas leis fundamentais, este reconhecimento social está condicionado à valorização do capital. Por isso, ao oferecer seu produto a outrem, os produtores individuais devem fazê-lo de maneira adequada à forma assumida pela acumulação naquele local e sob determinadas condições históricas. Assim, quando no mercado registra-se determinadas alterações, ou seja, quando ocorrem mudanças naquilo que é reconhecido socialmente, as mesmas apenas indicam a convergência para uma média social das transformações já ocorridas no âmbito dos capitalistas individuais.

A financeirização da economia, tida como a imbricação das diversas formas de valorização do capital sob a preponderância da lógica derivada do capital fictício, é um fenômeno que manifesta a redução do papel do circuito produtivo de valorização e o favorecimento da expansão da esfera da circulação de capitais na dinamização do capitalismo. Assim, no processo de reprodução, a acumulação tende a ser menos fomentada pela produção direta de mercadorias e pelo lucro empresarial, abrindo espaço, por conseguinte, para os “serviços financeiros”, que buscam cada vez mais os lucros fictícios. Contudo, equivoca-se quem afirma que a financeirização é uma causa da desindustrialização. Para que a economia apresente uma estrutura financeirizada, é preciso que a produção e a apropriação de mais-valia pelo capital industrial tenham deixado de ser suficiente nos termos das necessidades da acumulação, ou seja, a estrutura produtiva já tenha apresentado limitações para assegurar uma taxa de lucratividade adequada às necessidades de reprodução do capital. Consequentemente, a esfera da circulação de capitais se torna a alternativa mais lucrativa como fonte de excedente (mesmo que isso se traduza em mais instabilidade ao sistema). Por isso, ao invés de causar, a financeirização manifesta uma redução na capacidade do capital industrial em fomentar a acumulação.

Por sua vez, não é difícil perceber a que reprimarização da economia, em si, já é a manifestação da perda de capacidade da maquinofatura em fornecer produtos, pois, quando as atividades industriais tradicionais de baixa interligação a montante se sobressaem em relação àquelas ligadas à grande indústria, isto significa que a desindustrialização já surgira por uma causa.

Como consequência, ocorre a deterioração dos saldos comerciais, tendo em vista que, por um lado, é preciso importar mais produtos manufaturados e exportar mais produtos primários, e, por outro, não há equidade nos termos de troca entre esses produtos. Assim, ao invés de causar a desindustrialização, tanto a reprimarização quanto a deterioração do comércio externo manifestam algum problema no capital industrial maquinofatureiro.

A reestruturação produtiva, a terceirização e o comércio “norte-sul” são três elementos interligados que também manifestam a desindustrialização. A necessidade da reestruturação produtiva já mostra algum problema quanto à capacidade do capital industrial em manter seu papel na reprodução do capital. A mudança na forma de organização do capital produtivo via terceirização, para além de “causar” a ilusão estatística, é necessária para o aumento da eficiência econômica, tendo em vista que transfere para terceiros (prestadores de serviços) o ônus de investir-se em determinadas atividades acessórias. Este procedimento de outsourcing chegou ao ponto de se levar o processo produtivo para além das fronteiras nacionais, o que, conseqüentemente, alterou a relação comercial entre as economias que tradicionalmente figuram no centro do capitalismo (“norte”) e aquelas que se encontram na periferia (“sul”). Se, no caso dos países atrasados, isto significou uma industrialização (mesmo que parcial) e estes passaram a exportar manufaturados, no caso das economias avançadas se manifestou uma desindustrialização, tendo em vista que, em parte ou no todo, o processo produtivo foi deslocado para fora das fronteiras, o que os obrigou a importar produtos manufaturados.

Todos esses fenômenos elencados não devem ser apontados como os causadores da desindustrialização, sendo, na verdade, suas formas de manifestação (incluindo-se, com ressalvas, a redução relativa no emprego e no valor adicionado da indústria). O que nos resta saber agora é: qual a causa fundamental da desindustrialização?

II - 4. A causa essencial da desindustrialização

Como foi afirmado, o pressuposto lógico e histórico da desindustrialização é a ocorrência anterior de um processo de industrialização. Por isso, a perda de pujança da grande indústria na dinamização de uma economia capitalista só pode ocorrer em países industrializados.

Historicamente, um seleto grupo de países (como partes) se tornaram a ponta de lança do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial (como totalidade). Nestes países, a industrialização assumiu a forma de industrialização avançada, pois foi neles que a maquinofatura se instalou primeiro. Isto significa que, a partir de então, a estrutura produtiva interna de tais economias foi capaz de fornecer a maior parte dos elementos materiais necessários ao processo de

acumulação interna, além do excedente necessário ao funcionamento das leis próprias do capitalismo. São eles, portanto, que se encontram na vanguarda do desenvolvimento das forças produtivas sociais. Por isso mesmo, na relação que estabelecem com o restante do planeta, tais economias tendem a atuar sob aquilo que ficou conhecido como imperialismo¹⁸.

A ação imperialista dos capitais mais fortes, no século passado, se deu por meio da exportação de capital excedente sob todas as formas, a saber, mercadoria, produtiva e dinheiro. Destas, dados os objetivos do trabalho, a que mais nos interessa é a produtiva. Até meados da década de 1970, o capital produtivo se espalhava do centro do capitalismo mundial para a periferia através de plantas (quase) completas, as quais, em muitos casos, já estavam desgastadas em termos físico e tecnológico. O principal objetivo era ampliar, no tempo e no espaço, a valorização que estes meios de produção “em excesso” poderiam fornecer, já que não mais seriam rentáveis nos países avançados, mas o seriam nas economias dependentes. Com isto, foi possível a algumas economias industrializaram-se de maneira retardatária, sob a forma de industrialização atrasada. Destas, algumas conseguiram atingir a posição de avançadas e outras passaram a apresentar uma industrialização dependente (ALMEIDA *et al.*, 2017).

A partir daí, o capitalismo mundial atingiu uma determinada forma de divisão internacional do trabalho, onde os países industrializados forneciam produtos manufaturados acabados aos mais diversos mercados consumidores (sejam estes domésticos ou estrangeiros). Contudo, a crise de lucratividade manifestada na década de 1970 mostrou que os capitalistas necessitavam encontrar novas formas de valorização. Dado o desenvolvimento das forças produtivas até então, em especial aquelas liadas à tecnologia da informação e aos transportes, daí emergiram diversas formas valorização do capital, dentre as quais se destacam aquilo que ficou conhecido como financeirização e, para fins do presente texto, a reestruturação produtiva.

A necessária (para a valorização capital) reestruturação do processo de produção foi fundamental na transformação da economia em escala global. A racionalização, a desverticalização, o enxugamento, o *outsourcing*, etc., aliados às novas tecnologias, criaram a possibilidade de se fragmentar e distribuir espacialmente algumas partes do processo de produção das mercadorias. Com isto, aquilo que outrora era executado em território nacional, pode ser realizado fora desses domínios¹⁹. Isto, portanto, significou a possibilidade de atividades industriais serem transferidas de uma nação para outra. E, de fato, isto aconteceu.

¹⁸ “Chamamos de determinação mais abstrata do imperialismo capitalista, ou sua essência, o processo sistemático de transferência de riquezas sob a forma capitalista [...] de um lugar a outro do planeta” (LEITE, 2016, p. 12)

¹⁹ Quando uma empresa busca realizar uma expansão produtiva, ela avalia se é mais rentável instalar-se em seu país de origem ou se seria melhor ir para outro país que lhe oferecesse condições mais lucrativas. Caso escolha outro território, esta se torna uma outra via prática pela qual a desindustrialização pode se manifestar.

O elemento que melhor capta a diferença na divisão internacional do trabalho entre o período anterior à década de 1970 e o atual são as chamadas cadeias globais de valor. Estas mostram, para diversos setores, como cada país atua nos mais diversos estratos do processo global de produção. A partir delas, é possível ver que, atualmente, nas posições superiores em termos de agregação de valor e rentabilidade, encontram-se os países que estão na vanguarda da acumulação do capitalismo mundial. Estes mantêm sob sua tutela boa parte dos determinantes do processo de acumulação, mesmo que uma boa parte da produção direta seja realizada em outros locais. Por seu turno, nos estratos inferiores e naqueles onde se necessita com mais intensidade de capital circulante constante e variável de menor custo, encontram-se os países periféricos.

A partir disso, e baseando-se no que foi apresentado por Almeida *et al.* (2017), o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu aos capitais individuais mundializarem tanto a busca por mais-valia extraordinária quanto a esfera financeira de valorização, afirmamos que o conjunto de soluções espontaneamente criadas pelo capital, e que aliviaram os problemas de lucratividade manifestados em meados dos anos 1970, é a causa essencial do processo de desindustrialização das economias capitalistas. A nova configuração da divisão internacional do trabalho, que, dentre outras formas, se manifesta através das cadeias produtivas mundializadas, é a sua causa direta, pois, visando ampliar a lucratividade do capital industrial, corresponde à reestruturação produtiva de empresas multinacionais que leva à transferência imediata do processo produtivo, que estão (ou poderiam estar, seguindo a lógica de acumulação anterior) em um local, para outro.

Como foi argumentado, no imperialismo contemporâneo a exportação de capital sob a forma produtiva deixou de ser apenas a de capital ultrapassado e passou a ser a de tecnologia de ponta. Como resultado, além de possibilitar a substituição do capital obsoleto pelo avançado em países periféricos já industrializados, isto levou (no todo ou em partes) a grande indústria a outros países atrasados. O motivo fundamental é que, mesmo com meios de produção mais desenvolvidos, o processo completo de produção de algumas mercadorias no centro perdeu lucratividade. Com isto, os países imperialistas passaram a transferir, intencionalmente, frações do processo produtivo para aqueles onde possa ser utilizado capital circulante mais barato.

Todavia, não foi o puro e simples desenvolvimento tecnológico que levou à desindustrialização da economia e sua conseqüente “servicilização”. O progresso das forças produtivas sob as leis que regem o modo de produção capitalista foi quem conduziu os países, como partes, a isto. Para manter-se, o capitalismo como totalidade carece da produção de valores de uso que só a atividade industrial será capaz de criar. Por sua vez, muito menos a substituição do homem pela máquina e a conseqüente redução relativa do emprego industrial é a sua causa. Uma

reestruturação produtiva (uma modificação material na forma como se produzem as mercadorias) se, por um lado, pode causar a destruição de cadeias produtivas ultrapassadas, por outro, cria novas. Isto só se transforma em desindustrialização quando as decisões sobre onde será destruída a velha e construída a nova seguem a lógica da atual DIT, que tira a produção de valores de uso de um lugar do mundo, ou simplesmente não expandem o suficiente para as necessidades sociais crescentes, e a coloca em outro mais lucrativo. Assim, há que se descartar a concepção da desindustrialização vista como um resultado natural do desenvolvimento econômico em geral, ao tempo em que se deve adotar aquela que a conceitua como resultante das características de uma dada formação econômico-social fundada sobre o modo de produção capitalista.

CONCLUSÕES

A partir do que foi exposto no presente texto, julgamos possível colocar em xeque as principais definições do que vem a ser o fenômeno da desindustrialização, em especial aquelas elaboradas a partir da mensuração do emprego e/ou do valor adicionado relativos da indústria. Vimos que o progresso das forças produtivas, que estão associados a uma *intensificação da industrialização*, pode ocorrer produzindo os mesmos resultados apontados pela visão convencional para atestar a desindustrialização, a saber, a queda do emprego e do valor adicionado. Diante disto, à luz da teoria econômica de Marx, argumentamos que a desindustrialização deve ser definida como o processo de perda da capacidade da maquinofatura de fornecer os elementos materiais necessários à autodeterminação do processo de reprodução social de acordo com as leis derivadas do modo de produção capitalista.

Por sua vez, vimos que a literatura tradicional aponta uma série de causas para a desindustrialização. Na verdade, viu-se que a maior parte das causas apresentadas não passam de formas de manifestação do fenômeno. Por isso, buscou-se identificar, a partir da sua essência, o que estaria por trás da sua existência. Assim, a partir do que foi argumentado, foi possível afirmar que o elemento comum por trás da financeirização, da reprimarização da produção e das exportações, da deterioração da balança comercial, da reestruturação produtiva, da terceirização e da modificação no comércio “norte-sul”, são as transformações que o capitalismo engendrou para superar a crise estrutural da década de 1970. Esta, portanto, foi apontada como a causa fundamental da desindustrialização das economias capitalistas, sendo a atual forma assumida pela divisão internacional do trabalho, resultado da necessária reestruturação produtiva, a sua causa direta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M. L. **O modelo de gestão da Toyota: uma análise do lean manufacturing ou manufatura enxuta baseada na teoria marxiana do valor trabalho**, 2010. UFPB. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5047/1/arquivototal.pdf>>. .
- ALMEIDA, L. M. L.; RIBEIRO, N. R. Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 42, p. 71–94, 2015.
- ALMEIDA, L. M. L.; RIBEIRO, N. R.; BALANCO, P. Industrialização e Desindustrialização: uma conceituação à luz da teoria econômica marxiana. XXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais...** . p.1–25, 2017. Campinas: SEP.
- ANDRADE, M. A. **A desindustrialização da economia brasileira: uma análise por período de governo (1990-2010)**, 2013. UFBA.
- BLACKABY, F. T. **De-industrialisation**. London: Heinemann Educational Books, 1978.
- CAIRNCROSS, A. What is De-industrialisation? In: F. T. Blackaby (Org.); **De-industrialisation**, 1978. London: Heinemann Educational Books.
- MARX, K. **O Capital: Livro I - O processo de produção do capital**. 24^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- MARX, K. **O Capital: Livro II - O processo de circulação do capital**. 11^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.
- MARX, K. **O Capital: Livro III - O processo global de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização Na Economia Brasileira No Período 2000-2011: abordagens e indicadores**, 2012. UNESP.
- PALMA, J. G. Four Sources of “De-Industrialization” and a New Concept of the “Dutch Disease”. In: J. A. Ocampo (Org.); **Beyond Reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability**, 2005. Washington: Stanford and World Bank.
- RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1–33, 2016. Springer US.
- ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. **Categorias del materialismo dialectico**. México, D. F.: Editorial Grijalbo, 1960.
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization: Causes and Implications. **IMF Working Paper**, , n. 42, 1997.
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialization. **IMF Working Paper**, , n. 60, 1999.
- SAEGER, S. S. Globalization and Deindustrialization: Myth and Reality in the OECD.

Weltwirtschaftliches Archiv, v. 133, n. 4, p. 579–607, 1997.

SINGH, A. UK industry and the world economy: a case of de-industrialisation? **Cambridge Journal of Economics**, v. 1, n. 2, p. 113–136, 1977. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/content/1/2/113.extract>>. .

SINGH, A. Third World competition and de-industrialisation in advanced countries. **Cambridge Journal of Economics**, v. 13, n. 1, p. 103–120, 1989.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433–466, 2009.

TREGENNA, F. A new theoretical analysis of deindustrialisation. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 6, p. 1373–1390, 2014.

TREGENNA, F. Deindustrialisation, structural change and sustainable economic growth. **UNU-MERIT Working Paper Series**, , n. 32, p. 59, 2015. Maastricht.

VERGNHANINI, R. **O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000**, 2013. UFRJ.

WOOD, A. **North-South Trade, Employment and Inequality: Changing Fortunes in a Skill-Driven World**. Oxford: Clarendon Press, 1994.